

ID: 123751000

01-05-2026

18_22

NEW EUROPEAN BAUHAUS (NEB) ARQUITETURA EM TRANSIÇÃO: RUMO À INTELIGÊNCIA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO

Alexandra Paio, Professora Associada, Escola de Tecnologias e Arquitetura, ISCTE

A transformação das cidades contemporâneas coloca em evidência a necessidade de repensar os modos como concebemos, projetamos e produzimos o ambiente construído. A crise da habitação, o envelhecimento demográfico, a emergência climática e a crescente complexidade social configuram um quadro de elevada incerteza, no qual os modelos convencionais de planeamento, projeto e construção, frequentemente baseados em lógicas centralizadas, setoriais e lineares, se revelam inadequados. Estes modelos tendem a dissociar as dimensões técnicas das sociais, comprometendo a capacidade de resposta a contextos urbanos cada vez mais vulneráveis e em constante transformação.

A mobilização da inteligência coletiva emerge como um vetor estruturante para a transformação do ambiente construído. Mais do que um conceito abstrato, trata-se de uma abordagem operativa que reconhece o valor da articulação entre múltiplos atores (cidadãos, técnicos, investigadores, instituições públicas, empresas e associações locais) na produção de conhecimento e na construção de soluções para problemas complexos. No domínio da arquitetura, do urbanismo e da construção, esta perspetiva traduz-se na incorporação de metodologias de cocriação, capazes de integrar conhecimento técnico com saberes situados, resultantes da experiência quotidiana dos habitantes.

Princípios que encontram uma forte ressonância na New European Bauhaus (NEB), iniciativa da União Europeia, que propõe uma reconfiguração do ambiente construído a partir da convergência entre sustentabilidade ambiental, inclusão social e qualidade estética.

A NEB posiciona-se como um projeto cultural e político que ultrapassa a dimensão técnica da construção, defendendo uma abordagem integrada onde ciência, tecnologia, arte e sociedade se articulam na construção de futuros mais desejáveis. A NEB sistematiza esta visão ao enfatizar a participação cidadã, a transdisciplinaridade e a experimentação como motores essenciais de transformação urgente na Europa.

Assumir este paradigma implica reconhecer que as escolhas ao nível do desenho urbano, da habitação ou do espaço público têm impactos diretos na qualidade de vida, na coesão social e na sustentabilidade dos territórios. Neste sentido, a abertura dos processos de projeto à participação de diferentes atores torna-se não apenas desejável, mas urgente, permitindo a construção de soluções mais inclusivas, contextualizadas e socialmente legitimadas. É neste enquadramento que a arquitetura se afirma como uma disciplina em transição. Enquanto prática e campo de conhecimento, encontra-se hoje pressionada por desafios contemporâneos que exigem novas formas de pensar, projetar e construir. Deixa de ser entendida como a produção de objetos isolados para se afirmar como um processo dinâmico, relacional e situado, no qual a produção do espaço resulta da articulação entre saberes especializados e conhecimentos experientiais. Esta mudança implica reconhecer o papel da participação, do *codesign* e da coprodução como componentes estruturantes do processo projetual.

Assiste-se, também a uma reconfiguração profunda da cultura disciplinar, que ultrapassa

as fronteiras tradicionais entre arquitetura, engenharia, ciências sociais, tecnologia e práticas comunitárias. Não se trata apenas de promover a colaboração entre disciplinas, mas de construir um campo efetivamente transdisciplinar, onde diferentes formas de conhecimento se integram para responder a problemas cuja complexidade exige novos enquadramentos, abordagens integradas e formas de ação mais colaborativas.

Os processos participativos assumem, assim, um papel central enquanto dispositivos de integração de diferentes saberes. Para além de contribuírem para a melhoria da qualidade das soluções projetuais, reforçam a legitimidade democrática das decisões e promovem um maior envolvimento das comunidades na transformação do seu território. Importa, contudo, sublinhar que a participação não deve ser reduzida a mecanismos consultivos, mas entendida como um processo efetivo de redistribuição de poder e de coprodução de conhecimento.

Os modelos de habitação cooperativa emergem como dispositivos relevantes de inovação social em toda a Europa. Ao propor formas coletivas de acesso, gestão e produção do espaço habitacional, estes modelos desafiam a lógica dominante de mercado e reforçam a dimensão comunitária da habitação. Estruturados em torno de princípios de propriedade coletiva, uso partilhado e governação participativa, os modelos cooperativos oferecem alternativas mais inclusivas, acessíveis e resilientes. Quando articulados com sistemas de construção industrializada, nomeadamente através de soluções modulares e princípios de *open building*, estes modelos ganham um potencial

ID: 123751000



acrescido. A industrialização da construção permite aumentar a eficiência produtiva, reduzir custos e tempos de execução, melhorar o desempenho ambiental e garantir maior controlo de qualidade. Simultaneamente, a modularidade e a separação entre estrutura e compartimentação introduzem flexibilidade e adaptabilidade, permitindo que os espaços evoluam ao longo do tempo em função das necessidades dos habitantes. Esta articulação entre industrialização e cooperação revela-se particularmente promissora, ao combinar eficiência técnica com inovação social.

Contudo, a concretização deste paradigma exige uma transformação estrutural dos modelos de formação. Não se trata apenas de introduzir novas tecnologias ou ferramentas digitais, mas de reconfigurar a cultura disciplinar, de forma a capacitar profissionais para operar em ecossistemas colaborativos, complexos e em constante mudança. A formação dos futuros arquitetos deve integrar competências críticas, colaborativas e transdisciplinares, capazes de articular conhecimento técnico com dimensões sociais, culturais e ambientais. É neste enquadramento que emerge a oportunidade de integrar e articular diferentes formas de conhecimento através do Blended Intensive Programme (BIP), ao abrigo do programa Erasmus+ *Sustainable Industrialised Housing: The Way Forward for Implementing Collaborative Housing* desenvolvido no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, no âmbito da PIONEER Alliance, em parceria com quatro universidades europeias: TH Köln, Avans University of Applied Sciences, Universitat Politècnica de València e Universidad Politécnica de Madrid (Figura 1).

Esta formação constituiu-se como um laboratório pedagógico transdisciplinar, reunindo estudantes, investigadores e profissionais de diferentes contextos europeus para explorar a interseção entre construção industrializada, habitação colaborativa e processos participativos. O curso estruturou-se em torno de três eixos temáticos principais: longevidade e flexibilidade habitacional, construção para o futuro e circularidade, explorando a forma como a industrialização, a digitalização e os sistemas modulares podem contribuir para soluções habitacionais mais eficientes, sustentáveis e adaptáveis. Paralelamente, foi dada particular atenção às dimensões sociais e económicas da habitação colaborativa, enfatizando o papel ativo dos residentes na conceção, gestão e transformação dos seus espaços de vida.

A dimensão aplicada do programa foi reforçada através da colaboração com parceiros não académicos, incluindo o Atelier Peninsular (1), entidades do setor da construção a empresa DST, o município do Montijo e cooperativas de habitação colaborativa, nomeadamente a 'A Casa-Habitação Colaborativa CRL' (2) (Figura 2). Esta articulação permitiu aproximar o processo pedagógico de contextos reais de prática, promovendo uma aprendizagem situada e orientada para a implementação. O BIP funcionou não apenas como um curso intensivo, mas como um dispositivo pedagógico de experimentação crítica, onde diferentes escalas – do detalhe construtivo às dinâmicas sociais – foram exploradas de forma integrada, evidenciando o potencial da educação como motor de inovação no ambiente construído.

Os processos de *codesign* assumiram um papel

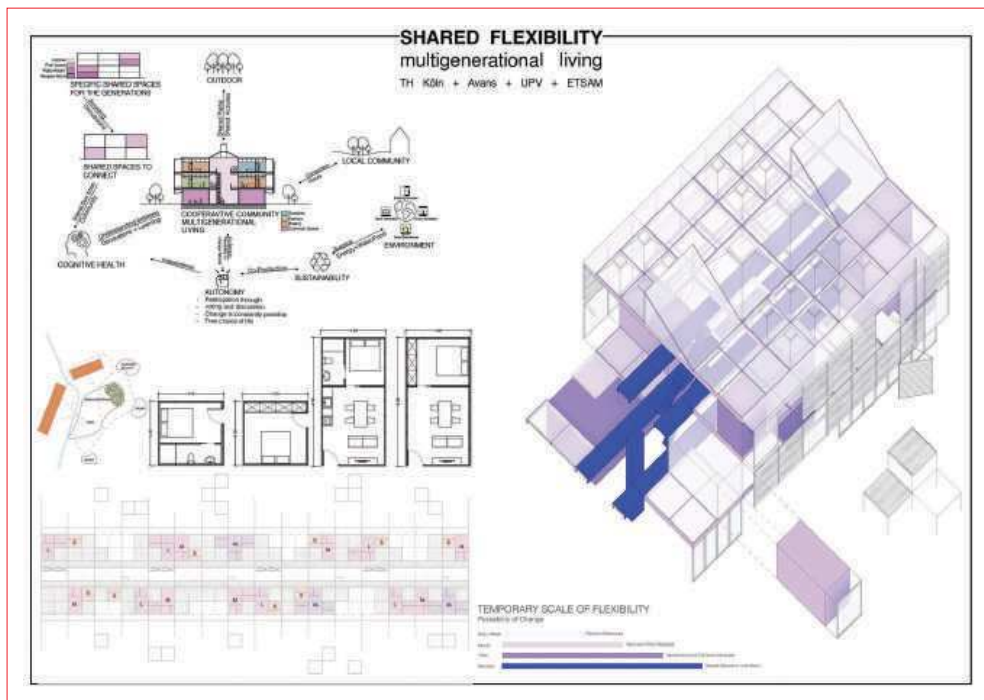
estruturante, funcionando como dispositivos de mediação entre diferentes saberes e escalas de intervenção. Através de metodologias participativas os participantes desenvolveram propostas que articulam sistemas construtivos industrializados com modelos de habitação cooperativa. Este processo permitiu criar um espaço de diálogo entre diferentes disciplinas, culturas e experiências, em linha com os princípios da NEB.

Os projetos desenvolvidos evidenciam de forma consistente o potencial desta abordagem integrada, não apenas enquanto exercício académico, mas como ensaio de modelos operativos para a prática futura. Mais do que respostas formais, as propostas configuram sistemas abertos, capazes de articular dimensões espaciais, sociais, ambientais e construtivas num quadro coerente. Propostas como *FlexCore* (Figura 3) exploram sistemas baseados na separação entre núcleo técnico fixo e espaços habitacionais adaptáveis, permitindo uma evolução contínua das unidades. Outras, como *Co-Growing* (Figura 4) ou *Care to Care* (Figura 5), investigam modelos de habitação orientados para o envelhecimento em comunidade, combinando modularidade com estruturas de apoio mútuo e gestão coletiva. Projetos como *Common Ground Collective* ou *Keep Moving* demonstram como a construção industrializada pode ser apropriada como infraestrutura social, suportando formas de vida mais sustentáveis, inclusivas e interdependentes.

As estratégias desenvolvidas introduzem uma dimensão temporal no projeto, reconhecendo a habitação como um processo evolutivo e não como um produto estático. A flexibilidade deixa de ser um atributo formal para se afirmar como

> Figura 1: Blended Intensive Programme (BIP) *Sustainable Industrialised Housing: The Way Forward for Implementing Collaborative Housing*, PIONEER Alliance, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.

> Figura 2: Visita guiada pelos cooperantes da A Casa-Habitação Colaborativa CRL ao local de intervenção, Pegões, Montijo.



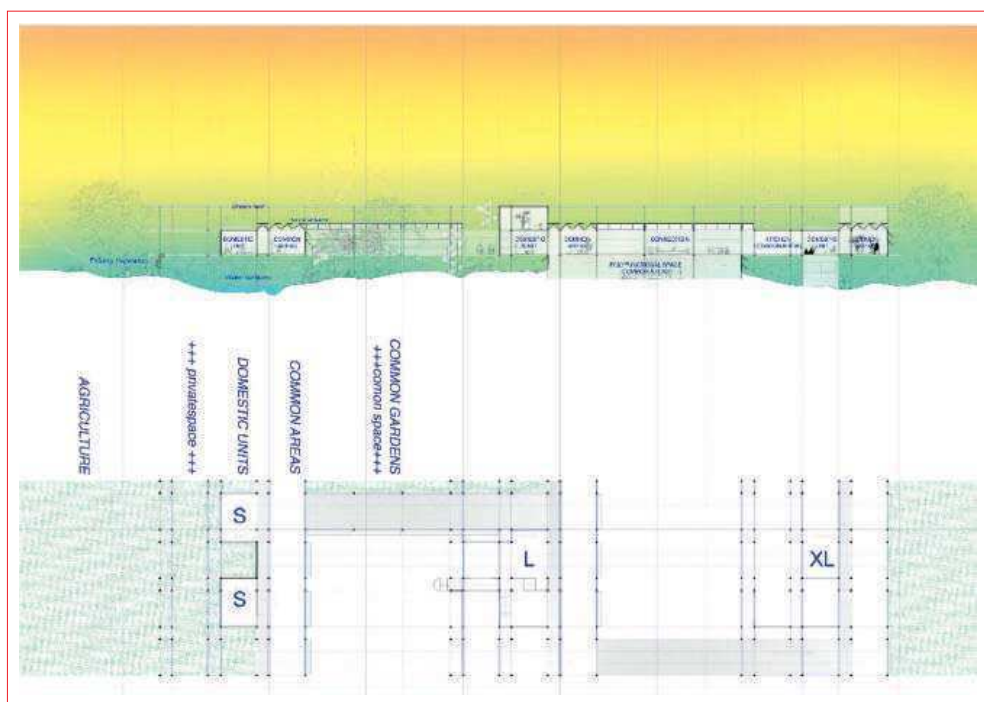
condição estrutural, permitindo responder a mudanças nos perfis familiares, nas necessidades dos utilizadores e nos ciclos de vida dos edifícios. A modularidade articula-se com soluções espaciais que promovem interdependência, proximidade e suporte mútuo. A orga-

nização em *clusters*, a integração de espaços comuns e a relação com a paisagem – incluindo sistemas ecológicos como água, vegetação e clima – evidenciam uma abordagem sistémica, onde o habitat é entendido como ecossistema. Os projetos expandem a construção indus-

trializada enquanto infraestrutura social. A modularidade não se limita à eficiência construtiva, mas sustenta novas formas de organização coletiva. A articulação entre espaços privados e partilhados, a introdução de programas híbridos e o desenho de dinâmicas de uso posicionam o espaço como catalisador de interação social, atribuindo à arquitetura um papel ativo na construção de comunidades. Paralelamente, algumas propostas incorporam cadeias de valor e ciclos materiais no processo projetual, evidenciando uma crescente consciência ecológica. A leitura dos fluxos – da extração à montagem – reforça a integração entre projeto, produção e território, aproximando a prática arquitetónica de uma lógica circular e regenerativa [Figura 6].

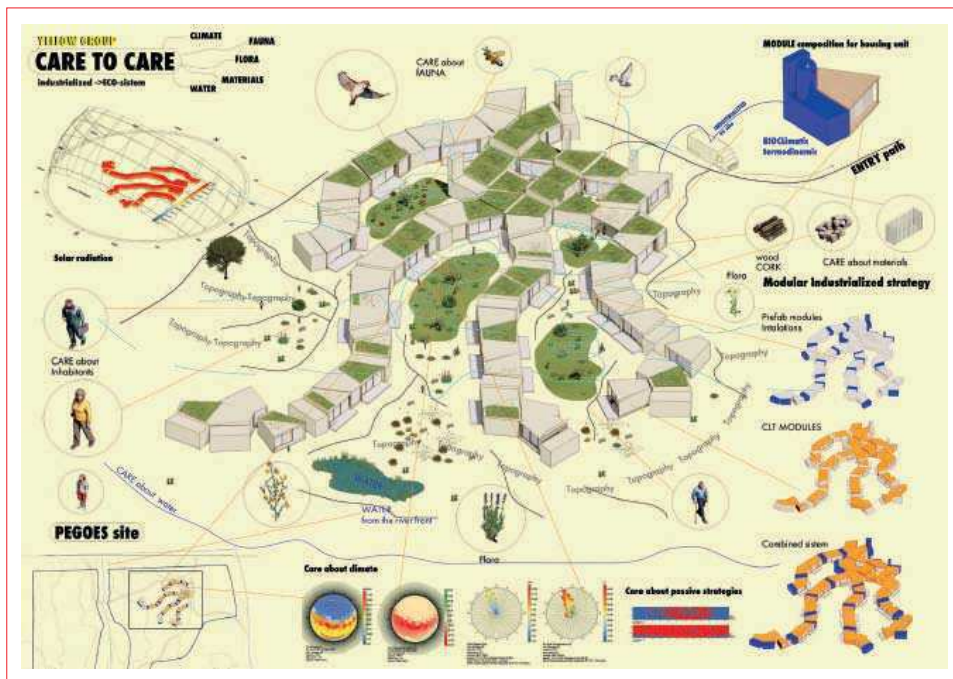
Mais do que soluções específicas, estas propostas evidenciam uma transformação da cultura projetual, assinalando a passagem de uma lógica centrada no objeto para uma abordagem sistémica, relacional e proces-sual. A integração da inteligência coletiva no processo de projeto não implica a substituição do conhecimento técnico, mas antes a sua expansão e reconfiguração. O papel do projetista desloca-se progressivamente de uma posição autoral para uma função de mediação, capaz de articular diferentes interesses, saberes e escalas. Este reposicionamento exige novas competências e coloca desafios relevantes, nomeadamente ao nível da representatividade dos processos participativos, da gestão de conflitos e da tradução de contributos diversos em decisões coerentes.

Neste contexto, novas formas de ensino afirmam-se como um dos principais catalisadores da transição disciplinar em curso. Mais do que um espaço de transmissão de conhecimento, torna-se um território de experimentação crítica, onde se ensaiam novas formas de pensar, projetar e produzir o ambiente construído. Programas como o BIP evidenciam a capacidade do ensino para antecipar práticas emergentes, articulando inteligência coletiva, inovação técnica e responsabilidade social. A experiência demonstra que a integração de processos



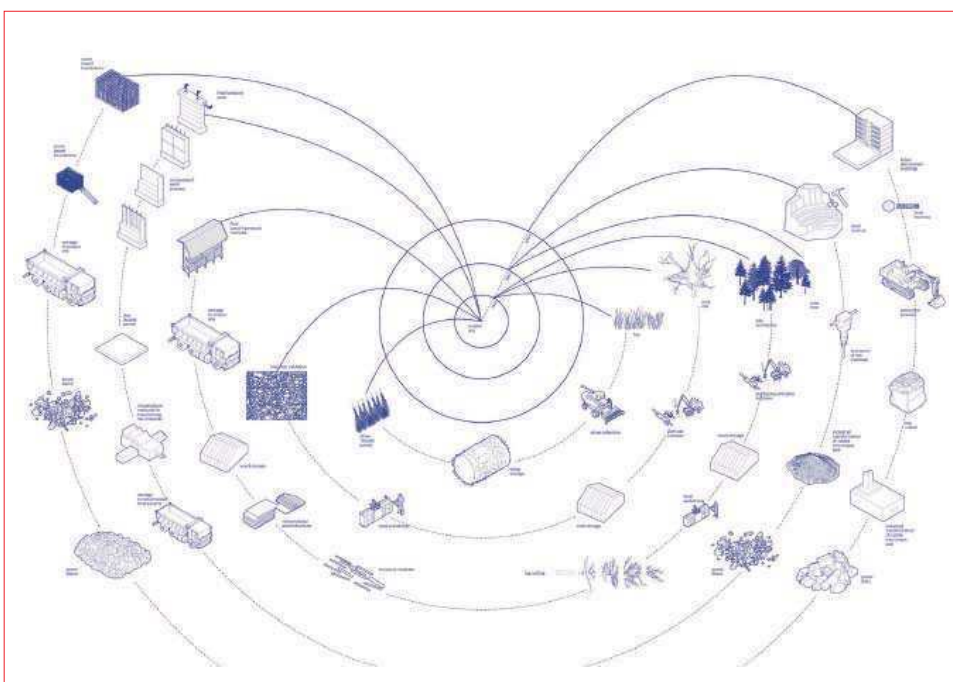
> Figura 3: *FlexCore* (autores: Lorin Hewin Nazlier, Sarah Scheffler, Bas Kuijpers, Sergio Martínez, Carlos Martínez, Lena Arenz).

> Figura 4: *Co-Growing* (autores: Dilay Cebelier, Joshua van Heel, Evin Kassem, Claudia Mantero, Juan Maglia, Beatriz Oliveira).



participativos, sistemas industrializados e modelos cooperativos não resulta apenas em novas soluções projetuais, mas sobretudo numa transformação profunda da forma como os futuros arquitetos compreendem o seu papel. O projeto passa a ser entendido como

um processo aberto, relacional e evolutivo, ancorado na mediação entre diferentes saberes, interesses e escalas. A inteligência coletiva, assim, não constitui apenas uma metodologia, mas um princípio estruturante de uma nova cultura disciplinar.



Ao incorporar múltiplas formas de conhecimento e ao promover processos de coprodução, redefine os modos de atuação profissional e reconfigura o próprio campo da arquitetura, aproximando-o das dinâmicas sociais, económicas e ambientais que moldam os territórios contemporâneos. A emergência de uma cultura transdisciplinar torna-se, assim, incontornável. Não como uma opção metodológica, mas como uma condição necessária para responder à complexidade dos desafios colocados pela NEB. Esta cultura implica a integração efetiva entre arquitetura e práticas comunitárias, promovendo uma abordagem sistémica capaz de articular inovação, inclusão e sustentabilidade. Formar arquitetos capazes de operar neste contexto exige uma transformação estrutural dos modelos pedagógicos. Implica desenvolver competências que vão além do domínio técnico, incluindo capacidade crítica, pensamento sistémico, mediação, colaboração e adaptação. Significa preparar profissionais capazes de atuar em ambientes incertos, de integrar diferentes escalas de intervenção e de contribuir ativamente para processos coletivos de transformação urbana.

A arquitetura em transição não é apenas uma resposta a desafios externos, mas uma redefinição interna da própria disciplina. A mudança da cultura disciplinar começa, inevitavelmente, na forma como ensinamos – nos métodos, nos conteúdos e nas práticas pedagógicas que estruturam a formação.

Assim, a articulação entre inteligência coletiva e transdisciplinaridade aponta para um novo paradigma do ambiente construído: um paradigma em que o projeto é entendido como processo partilhado, a construção como prática social e a arquitetura como mediadora entre conhecimento, território e comunidade. Mais do que adaptar a disciplina aos desafios contemporâneos, trata-se de reconfigurar a partir deles. É neste movimento – entre ensino, prática e investigação – que se constrói uma arquitetura capaz de responder, de forma crítica e situada, às exigências de um futuro mais sustentável, inclusivo e coletivo. ■

> Figura 5: Care to Care (autores: Nina Juncker, Willem Rogge, Martijn Kovacs, Mario Garcia-Zarza, Aina Marqués Pericás, Fernando Fontes).

> Figura 6: FlexCore: ciclo de materiais.